

PRIMEIRA PARTE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RACIONALIDADE

SUSTENTABILIDADE E ENDOGENIZAÇÃO: OS PRINCÍPIOS BALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Valdir Roque Dallabrida *

Resumo

A racionalidade que fundamenta o modelo civilizatório capitalista, produz um padrão de desenvolvimento ecologicamente depredador, economicamente inviável, socialmente perverso e politicamente injusto e, conseqüentemente, inapropriado para ser assumido na atualidade, pelo fato de levar em conta a prioridade econômica - não a ambiental e muito menos a social-, além de estar a serviço de interesses dos atores hegemônicos em escala planetária. Todo o projeto de desenvolvimento regional desencadeia um processo de reconstrução/reapropriação de um determinado território, este entendido como o espaço apropriado. Essa reconstrução/reapropriação do território implica numa nova ordenação territorial. Propõe-se que essa (re)ordenação territorial seja sustentável e desencadeada a partir dos interesses coletivos da região. Para inverter a racionalidade que até hoje determinou a seletividade na ocupação e ordenação do território, exige-se que essa (re)ordenação, ou "*ordenação sustentável do território*", base de um novo padrão de desenvolvimento regional, obedeça não mais à racionalidade da acumulação e do consumismo, mas da qualidade de vida a curto, médio e longo prazos (SUSTENTABILIDADE). Além disso, deverá contemplar as necessidades e expectativas coletivas de uma região, com a participação ativa da sociedade civil organizada de forma multiescalar, buscando adotar a alternativa que melhor lhe oportunize sua inserção no processo mundial de desenvolvimento (ENDOGENIZAÇÃO).

* Professor de Geografia Humana e Regional da UNIJUI, mestrando em Desenvolvimento Regional na UNISC.

1 INTRODUÇÃO

O atual padrão de desenvolvimento dos países ricos, fundamentado na racionalidade do "modelo civilizatório capitalista"¹ é ecologicamente depredador, economicamente inviável, socialmente perverso e politicamente injusto, para ser assumido integralmente pelos demais países. Mesmo assim, por muito tempo, este foi visto como o modelo ideal para ser assumido pela maioria dos países pobres. Vários estudos de cientistas e pesquisadores contemporâneos, como Henderson (1997), Guimarães (1997), Morin (1995), Branco (1989), Sachs (1993), Santos (1994), Boisier (1995), Cavalcanti (1997), Daly (1997), Serafy (1997), Goldsmith (1995), Kurz (1997), dentre outros, discutem esta problemática.

Todo o projeto de desenvolvimento regional desencadeia um processo de reconstrução/reapropriação de um determinado território, este entendido como o espaço apropriado. Essa reconstrução/reapropriação do território implica numa nova ordenação territorial. A ordenação territorial é definida aqui como a projeção no espaço físico, via ocupação e uso, das políticas, dos interesses, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma sociedade referenciada local, regional e mundialmente. Ela é parte integrante do planejamento regional, sendo fundamental na política de desenvolvimento regional e na gestão ambiental. Buscará, como objetivo principal, a consecução da estrutura espacial adequada para a forma de desenvolvimento de interesse da sociedade regional, ou dos poderes hegemônicos da sociedade global (Gómez-Orea, 1993).

Um processo de desenvolvimento regional autoconstruído pelos atores regionais, levando em conta aspirações da coletividade, reproduzirá a irracionalidade da ordem econômico-social do modelo civilizatório capitalista, que tantos problemas sócio-econômico-ambientais tem produzido? Ou será possível construir uma ordenação territorial que leve em consideração a perspectiva da sustentabilidade? É isso que se convencionou chamar de "*ordenação sustentável do território*".

Uma ordenação sustentável do território é a que alia o ótimo para o homem com o adequado para a natureza, através de uma relação sociedade/natureza, harmônica e não predatória. Com isso teremos instituído um modelo de desenvolvimento sustentável, este entendido, a priori, como aquele que leva em conta a pessoa humana, os aspectos econômicos e o equilíbrio ambiental, a curto, médio e longo prazo.

¹ A expressão é utilizada por Souza (1995), para referir-se ao padrão de desenvolvimento hegemônico nos países desenvolvidos capitalistas, pautado por contradições de classe e por uma fundamental assimetria a separar dominantes e dominados, que é imposto aos demais países.

É possível uma ordenação sustentável a nível regional, sem que seja alcançada na sociedade como um todo? É uma interrogação difícil de responder integralmente. É possível afirmar que a sustentabilidade tenha que ser construída a partir de experiências regionais, estando presente em todas as iniciativas de alavancagem do desenvolvimento.

No entanto, a ordem econômico-social imposta pelos setores hegemônicos em escala mundial não contribui para a construção de um projeto legítimo de desenvolvimento regional, o que exige a inclusão da perspectiva da *endogenização*². Trata-se, fundamentalmente, de contemplar as necessidades e aspirações da *coletividade regional* no processo de desenvolvimento.

Assim, os princípios da *sustentabilidade* e da *endogenização*, passam a compor a nova racionalidade que balizará o desenvolvimento regional. Ou seja, as estratégias de desenvolvimento propostas devem obedecer a outra racionalidade, que não seja apenas a da acumulação do capital e do consumismo.³

Sem dúvida, isso impõe um tremendo desafio aos planejadores do desenvolvimento regional, pois, historicamente, a seletividade na ocupação e organização do espaço, ou ordenação do território, foi determinada predominantemente pela racionalidade econômica, não a ambiental, e muito menos, a social. A mudança neste referencial exige uma nova conscientização: uma *consciência ambiental crítica*⁴ e uma *sólida consciência de territorialidade*⁵.

Construir um processo de desenvolvimento regional, que represente um projeto próprio assumido regionalmente, já apresenta um grau elevado de complexidade. Construí-lo sob a lógica de uma nova racionalidade que não a do padrão hegemônico, com certeza, é mais complexo ainda. Muitas experiências têm tentado fazê-lo, poucas têm conseguido avançar além da retórica. Nos

² A expressão *Endogenização*, é um neologismo, criado para qualificar um processo de desenvolvimento regional originado no interior da região, que contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional, resultante de uma sólida e ativa consciência de territorialidade. Com isso não se está apregoando nenhum tipo de bairrismo ou regionalismo, próprio dos movimentos reacionários. Ao contrário, busca-se reafirmar as aspirações universais como resultado de uma troca permanente, de um diálogo do local com o global. Neste diálogo, os agentes locais devem assumir o papel de principais interlocutores.

³ A priori, propor estratégias de desenvolvimento fundamentadas na racionalidade da acumulação de capital e do consumismo, é fundamentar seus projetos apenas na sua viabilidade econômica, na razão única do lucro capitalista, a partir do padrão tradicional de consumo, seja de insumos, bens de consumo e até os padrões de consumo energético em geral.

⁴ Uma consciência ambiental crítica exige, dentre outras, que superemos a visão reducionista que considera a natureza como um recurso. Exige que tenhamos uma visão sistêmica da natureza.

⁵ Uma sólida consciência de territorialidade exige que o processo de desenvolvimento seja construído com a participação consciente e ativa dos agentes sociais locais, como um projeto sócio-econômico-político da coletividade regional.

últimos anos, no Rio Grande do Sul, têm sido significativas as experiências de proposição de estratégias de desenvolvimento para as mais diferentes regiões do Estado, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento-CRD. No Estado de Santa Catarina, através das Associações dos Municípios, têm-se tentado o mesmo. Outras experiências têm avançado, atingindo macro-regiões.

Os planejadores nem sempre têm parâmetros teóricos que sirvam de referência. Estas contribuições teóricas poderão servir de referência ou parâmetro de análise dos planos estratégicos de desenvolvimento regional, como os que se encontram no estágio de discussão e implementação em todo o Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por exemplo, o "Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai".

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

A compreensão de como ocorre a apropriação e uso do território exige que se tenha claro alguns conceitos, além de relacioná-los com a realidade concreta. É o que tenta-se fazer a seguir.

2.1 Território, territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades

Território é uma expressão que tem uso antigo nas ciências sociais e naturais. O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Deve-se ligar o conceito de território à idéia de poder, seja público, estatal ou de uma grande empresa.

"Território deriva do latim *terra e torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação" (Corrêa, 1994, p. 251). O território representa a territorialização do espaço. É a escala local da escala espaço-temporal.

✕ O território é lugar de relações. Relações sociedade-natureza e homens-homens. Em função disso torna-se espaço de ação e de poder. "O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas" (Raffestin, 1993, p. 58). Na medida em que o território é o espaço apropriado, ao

"(...) apropriar-se de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. A passagem do espaço ao território, ocorre num

processo de 'produção do espaço': o espaço é balizado, modificado, transformado por redes e fluxos que aí se instalam (rodovias, circuitos comerciais e bancários, rotas...). O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações de poder" (Raffestin, 1993, p. 143).

➤ Primeiro se pertence a um território, para depois pertencer a uma sociedade. Esta ligação do homem ao território é tamanha, ao ponto de Boisier (1996) chamar o homem de "animal territorial". Como animal territorial o homem se organiza territorialmente, desde a aldeia tribal até a moderna aldeia global. "A derrubada do Estado benfeitor e das vastas redes sociais de apoio que o caracterizaram (grande empresa, forte sindicato, emprego estável e seguridade social coletiva) fortalece o âmbito local como o novo território da solidariedade" (Boisier, 1996, p. 22).

O mundo se universaliza no econômico, no entanto, na medida em que as identidades se empobrecem, nascem expressões particularizantes da cultura. O processo universalizante é o "código da modernidade que acompanha o conquistador e também o evangelizador... O território é, em certo sentido, o anticódigo..." (Boisier, 1996, p. 23). É o conflito entre o universal e o local, o primeiro tentando eliminar o segundo.

O território funciona como um mecanismo de microidentificação que busca contrastar com a macroanonimização imposta pela globalização, tornando-se espaço de contestação e resistência. Por isso o território é, também, lugar com o qual o indivíduo chega a relacionar-se de maneira afetiva: ama o lugar, tem satisfação - ou desgosto - em habitá-lo, ou visitá-lo.

Os indivíduos ocupam pontos no espaço e se distribuem de forma aleatória ou planejada, ocorrendo uma interação constante entre os lugares ocupados.

"Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território... Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído... Falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo

mantém com uma porção do território...Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (Raffestin, 1993, p. 150-3).

O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a forma mais elementar da produção do território. Por conseguinte, o território é interligado por redes, estas sendo a imagem do poder dos atores dominantes. A rede pode ser uma rodovia, uma ferrovia, meios de comunicação...

“As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade⁶. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (Santos, M., 1994, p. 16).

Com isso quer-se reafirmar que os territórios são formados de lugares contíguos, o espaço banal, o espaço de todos, e, os lugares em rede, o espaço de alguns, em constante conflito, mesmo sendo simultaneamente os mesmos lugares, porém, com funcionalizações diferentes. O processo racionalizador da globalização, com um conteúdo ideológico de origem distante, chega aos lugares, com os objetos e as normas, para servir a interesses estranhos ao lugar, tendo como instrumento básico as redes.

Assim, as redes intermediam o processo de unificação dos lugares, pois veiculam, no território, princípios de ordem e regulações a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária, tornando-se portadoras da desordem local. Conhecendo os mecanismos do Mundo e sabendo das intencionalidades estranhas ao instalar-se em determinado lugar, cabe aos territórios organizados armar-se de poder, para sugerir o que fazer no interesse social. Exemplificando, é o que deveria ter ocorrido, através de um amplo debate social, quando se

⁶ O conceito de verticalidade e horizontalidade é aprofundado por Milton Santos. Para ele, as “horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as normas e processos sociais... As verticalidades constituem o espaço interligado por redes, em oposição ao espaço banal, que expressa as horizontalidades” (Santos, M., 1994, p. 16). Em outro texto, ao referir-se às horizontalidades, conceitua-as como “o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementariedade das produções e no exercício de uma existência solidária” (Santos, M., 1994, p. 55). O “espaço banal”, é o espaço de todos, o espaço onde se desenvolve o dia a dia da maioria, não o espaço em rede, ou “espaço de alguns”.

decidiu, no Rio Grande do Sul, no governo Britto, realizar altíssimos investimentos na instalação de montadora de automóveis. Ao contrário, o Estado federativo, tomou aquela decisão, à revelia da vontade da maioria da população gaúcha, com o respaldo de uma maioria parlamentar cooptada. Isso ocorre porque o “Estado, sobretudo o autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de cooperação das mesmas que disputam territórios e mercados” (Andrade, 1994, p. 220).

“A questão territorial constitui um fator de moderação e bloqueio a uma tendência hoje muito forte de pensar o mundo como se estivéssemos num planeta totalmente integrado, ignorando-se os espaços culturais e econômicos locais... Essa visão do universal como oposição às particularidades históricas foi resultado talvez da própria revolução que o capitalismo promovia no mundo através da transformação muito profunda das relações sociais, econômicas e políticas em que se apresentava como um sistema universalizante em oposição a todos os outros sistemas históricos” (Santos, T., 1994, p. 72).

Quando o território, como unidade de gestão, se expande pelo espaço não ocupado, ou ocorre uma (re)ordenação dos territórios, “cria novas formas de territorialidades que, dialéticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dá origem a novas territorialidades” (Andrade, 1994, p.220).

→ O conceito de territorialidade refere-se ao que se encontra no território, ou o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado. Enquanto o território é o espaço revestido da dimensão política, a territorialidade “refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (Corrêa, 1994, p. 251).

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. “Conceber territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse” (Raffestin, 1993, p. 161). Logo, as desterritorialidades e novas territorialidades ocorrem a serviço do mercado. A territorialidade expressa-se pelas “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (Souza, 1995, p.99).

“O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional” (Cara, 1995, p.

263). Isso, como última conseqüência, leva à transformação territorial, mediante a adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria, na medida em que esta coletividade tenha uma forte consciência de territorialidade.

“Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem de um território, de um local de relações... A imagem ou modelo, ou seja, toda a construção da realidade é um instrumento de poder” (Raffestin, 1993, p. 144-5). Logo o planejamento territorial regional, pode ser instrumento de poder, tanto para os agentes locais do desenvolvimento, como para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação da coletividade local.

O controle territorial exercido pelo Estado escamoteia os conflitos sociais internos, pois o faz na satisfação de interesses estranhos à coletividade regional, visto que, na sociedade contemporânea a ação do Estado reflete a racionalidade da “lógica instrumental da acumulação”⁷. No entanto, é possível fugir do padrão de concepção corrente e ver o controle territorial nas mãos dos grupos sociais organizados autonomamente. É o que ocorre quando uma determinada região se organiza, ou se reorganiza, desencadeando um processo de desenvolvimento que surja de sua base e sob sua gestão.

A expansão do território ocupado, ao mesmo tempo que amplia a territorialidade, provoca, em certos casos, a desterritorialização nas populações nativas, como os indígenas, por exemplo. Outro exemplo de desterritorialidade é a desapropriação de populações em conseqüência da instalação de projetos de hidrelétricas, ou quando da valorização imobiliária nos grandes centros urbanos. Da mesma forma, sempre que um projeto de desenvolvimento, estruturado sem levar em conta a realidade sócio-econômica-cultural e ambiental regional, for instaurado, provoca formas mais ou menos radicais de desterritorialização.

A desterritorialização leva à construção de novas territorialidades. “Os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes do mundo sobre os escombros das desterritorialidades, das lutas de classe ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias” (Neves, 1995, p. 273). Nada de novo em relação ao passado: obedecem a mesma racionalidade do velho estilo britânico do *dividir para governar*.

Neves (1995), ao se referir à necessidade de rever a razão universal burguesa-iluminista de desterritorialização e reterritorialização, em todas as escalas, mas com maior intensidade nos países periféricos, citando Kurz (1993), destaca que o jogo do mercado mundial

⁷ Os termos são de Becker (1995). Pretende dar o mesmo sentido da expressão “modelo civilizatório capitalista”, utilizado por Souza (1996).

“(...) não permite que os perdedores voltem depois para casa em sossego, mas sim está destruída sucessivamente para eles toda a possibilidade de uma existência digna. Quando esses homens, povos, regiões ou Estados percebem que nunca mais terão alguma chance de vencer e que as futuras derrotas inevitáveis os privarão de qualquer possibilidade de viver, lançarão, mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão e dispensarão todas as regras da chamada civilização mundial” (Kurz, 1993 - Apud. Neves, 1995, p. 275).

Isso reforça, ainda mais, a idéia de que não somente é desejável, mas necessário, pensar num projeto nacional e regional de desenvolvimento, com base na “razão sensível”, para evitar “fazer deste mundo um inferno”. “Mas é necessário, também, acordar aqueles que adormeceram na insensibilidade da economia de mercado” (Neves, 1995, p. 275).

2.2 Ordenação do território

“Conceitualmente, a ordenação do território é a projeção no espaço das políticas social, cultural, ambiental e econômica de uma sociedade. O estilo de desenvolvimento determina, portanto, o modelo territorial, expressão visível de uma sociedade, cristalização dos conflitos que nela se dão, cuja evolução não é senão o reflexo das mudanças na escala de valores sociais.” (Gómez-Orea, 1993, p. 1).

Ao integrar a planificação sócio-econômica com a estrutura física, procurando a consecução da estrutura espacial adequada para o desenvolvimento eficaz e equitativo, busca-se superar a parcialidade do enfoque temático da planificação setorial. Está se fazendo ordenação territorial, quando se leva em conta o território na definição da estratégia de desenvolvimento e quando se vinculam a ele as atividades que configuram dita estratégia.

Do ponto de vista administrativo

“(...) a ordenação do território é uma função pública que responde à necessidade de controlar o crescimento espontâneo das atividades humanas, fundamentalmente, no sentido de evitar problemas e desequilíbrios que aquele provoca entre zonas e entre setores, optando por um tipo de justiça sócio-espacial e por um conceito de qualidade de vida que transcende ao mero crescimento econômico” (Orea, 1993, p. 2).

A ordenação do território tem necessariamente um caráter interdisciplinar, e neste artigo, ressalta-se um qualificativo: a *sustentabilidade*.

3 O DESAFIO DA ORDENAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

Conceber uma ordenação sustentável do território, na atual conjuntura sócio-econômica-política e cultural, sem dúvida, trata-se de um tremendo desafio. A realidade mundial denuncia uma série de situações de insustentabilidades, o que pode parecer utópica a busca da sustentabilidade. A seguir destacam-se algumas situações de insustentabilidade, para ilustrar.

3.1 Realidades mundiais que exigem a opção por uma ordenação sustentável do território ⁸

A derradeira década do século XX é, ao mesmo tempo, um tempo de grandes promessas, grandes riscos e grandes possibilidades. Os acontecimentos estão acelerando, em várias frentes - econômica, ecológica e política - a ocorrência de profundas mudanças nas relações entre as pessoas, nações e governos. Entre as promessas poderíamos destacar: novas tecnologias despontando em biologia, materiais, construção, monitoramento de satélites, no aumento da produção de alimentos, desenvolvimento de formas benignas de energia, elevação da produtividade industrial, esforço na conservação das reservas básicas de capital natural e administração do meio ambiente.

Essas promessas criam enormes possibilidades. No entanto,

“(...) os progressos do passado foram acompanhados pelo enorme recrudescimento na escala de impacto ambiental sobre a Terra. Desde 1900, a população mais que triplicou. Sua economia cresceu 20 vezes. O consumo de combustíveis fósseis aumentou 30 vezes e a produção industrial 50 vezes. A maior parte desse crescimento, cerca de quatro quintos dele, aconteceu a partir de 1950. Uma elevada proporção dele é insustentável” (MacNeill, 1992, p. 15).

⁸ Sobre a problemática ambiental no mundo atual, existe uma vasta bibliografia a consultar. Neste artigo, não aprofundaremos o tema, apenas nos deteremos em alguns dados de parte da bibliografia disponível. Para aprofundar o tema sugerimos: Beaud (1995) - *Estado do meio ambiente no mundo*; Brown (1992) - *Qualidade de vida, 1992: Salve o Planeta!*; Goldsmith (1995) - *O desafio ecológico*; Kurz (1997) - *Os últimos combates*; UICN-PNUMA-WWF (1991) - *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*; Leis H.R. (1991) (Org.) - *Ecologia e política mundial*; Margulis (1990) - *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*.

Inicialmente, destacam-se os sinais de degradação ambiental mais marcantes, para depois apresentar alguns dados. Entre os sinais de degradação ambiental destacam-se: a eliminação de florestas, a exaustão e contaminação química dos solos, a contaminação e o rebaixamento dos níveis de águas potáveis, a contaminação de oceanos, o alto consumo da camada de ozônio, a elevação das temperaturas globais e do nível dos mares, diferenciados níveis de poluição ambiental, provocando chuva ácida, eliminação de espécies vegetais e animais, afetando a biodiversidade.

Estas são algumas das muitas ameaças. Soma-se a isso o aumento das populações famintas, principalmente nos países pobres. Esse aumento ocorre em dois sentidos: pelo processo de depauperação das condições de sobrevivência e pelo seu crescimento resultante das altas taxas de natalidade, ainda presentes nos países pobres. E mais, um terço da população mundial tem menos de 15 anos de idade, o que dificultará qualquer programa de redução do rápido crescimento populacional. Seria necessário que as atividades econômicas aumentassem em cinco a dez vezes nos próximos 50 anos para satisfazer as necessidades e aspirações de 10 bilhões de pessoas, que é o que se estima para o ano de 2050.⁹

Já é possível contabilizar inúmeras perdas, muitas delas irrecuperáveis, ou recuperáveis a altos custos, em função dos níveis de atividade econômica exercidos até hoje. Veja-se algumas:¹⁰

- desde 1850, a cobertura vegetal da Terra foi reduzida de 6 para 4 bilhões de hectares;

- a perda de florestas, provocou a destruição acelerada e irreversível da diversidade genética, a ponto de cálculos preverem para o ano 2000 a perda de 30% do total;

- 6 a 7 milhões de hectares de terra de lavoura perdem-se anualmente pela erosão, correspondendo a 25 bilhões de toneladas de solo arável;

- o consumo de água duplicou duas vezes neste século e em 40% dos 80 países de maior crescimento econômico, a água apresenta-se como fator limitante ao desenvolvimento;

- entre 1969 e 1986, a concentração de ozônio na Terra decresceu em 2%;

- a concentração de dióxido de carbono na atmosfera aumenta em 0,5% ao ano, o metano aumenta em 1%, os CFCs 4% e o óxido nitroso 0,25%;

⁹ Dados extraídos de MacNeill (1992).

¹⁰ Os dados constantes nesta parte do texto foram extraídos de várias fontes, dentre as quais, as mais importantes, são os próprios relatórios do Banco Mundial. Os dados podem variar, dependendo do critério estatístico, da época de coleta, da fonte pesquisada. No entanto, todos estão muito próximos da realidade. Dentre os livros consultados estão: MAY e MOTA (1994); ODUM (1988); TRAINER (1991); BROWN (1992); MACNEILL (1992); UICN-PNUMA (1991).

-a temperatura atmosférica, segundo previsões, terá uma elevação entre 0,7 a 1,5 graus Celcius, em futuro próximo, elevando o nível das águas, levando ao desaparecimento muitas nações insulares, além de aumentar a possibilidade de alterações climáticas catastróficas.

Além disso:

-atualmente 85% da renda mundial, vai para 23% da população, os consumidores dos países ricos, enquanto mais de um bilhão de pessoas sobrevivem em pobreza absoluta, com menos de um dólar por dia;

-24% da população rica consome de 50 a 90% de vários *comodities*, de 48 a 72% dos produtos agropecuários (carnes e cereais), 75% da energia.

Esta realidade mundial deve ser considerada para ter-se idéia de quais obstáculos precisam ser superados quando o objetivo é construir um processo de desenvolvimento regional que atenda ao princípio da sustentabilidade.

3.2 Desenvolvimento regional e sustentabilidade

Numa época em que a palavra de ordem é globalização, a discussão de uma política regional parece ser obsoleta e contraditória. No entanto, a formulação de uma política regional é reveladora de questões centrais da complexidade contemporânea, que se expressam nos territórios diferenciados.

Reconhece-se no cenário latino-americano uma tendência à região tornar-se ator ou sujeito do desenvolvimento. A consecução dessa tendência dependerá da capacidade coletiva para construir política e socialmente as regiões.

“Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e em definitivo, passiva, em outra, organizada, coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de mobilizar-se por projetos políticos coletivos, isto é, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento” (Boisier, 1996, p. 26).

O desenvolvimento regional, torna-se, assim, “um processo localizado de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso¹¹ permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada

¹¹ O conceito de “progresso”, no contexto da citação, não tem a mesma conotação dada comumente de “crescimento econômico a qualquer preço”, e, sim, de melhoria, de avanço, ou evolução.

indivíduo residente nela” (Boisier, 1996, p. 33). Para que isso ocorra de forma autêntica, são necessários alguns atributos inerentes a este processo de desenvolvimento. Primeiro: um crescente processo de autonomia regional de decisão, que significa, capacidade crescente de definir seu próprio destino. Segundo: uma crescente capacidade regional para apropriar-se do excedente econômico ali gerado, a fim de revertê-lo na própria região, diversificando sua base econômica e conferindo sustentabilidade de longo prazo a seu crescimento. Terceiro: um crescente movimento de inclusão social, o que implica numa melhoria na repartição da renda regional e uma permanente possibilidade de participação da população nas decisões de competência da região. Quarto: um crescente processo de conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental e do manejo racional dos recursos naturais da região. Quinto: uma crescente autopercepção coletiva de “pertença” regional, isto é, de identificação da população com sua região. (Boisier, 1996).

Um processo de desenvolvimento regional com estes atributos, torna-se o projeto político da região, o qual se estrutura a partir de uma imagem futura da sociedade. Sem dita imagem não pode haver um caminho coletivo a percorrer, porque não se sabe o que se quer, onde se quer chegar e para que se quer chegar lá da forma proposta.

Segundo Boisier (1996), a gestão do desenvolvimento regional, em contraposição com o conceito normativo de planificação, deve definir uma estratégia que contemple, para toda a região, o seguinte conjunto de variáveis:¹²

a) *Produtos e mercados*: cada região deve decidir o que produzir e onde vender, de modo a sustentar uma competitividade, seja à nível nacional ou internacional.

b) *Projetos e financiamentos*: como uma empresa, com visão a longo prazo, cada região deve manter atualizado um banco de projetos de investimentos produtivos e outro de fontes financeiras nacionais e internacionais.

c) *Recursos humanos e emprego*: não há outro objetivo mais importante para uma região que maximizar o emprego e/ou oportunidades de investimento para seus próprios habitantes. Trata-se de apoiar projetos que concretizem tal meta, assim como desencadear programas de aperfeiçoamento ou reciclagem de mão de obra.

d) *Imagem corporativa e promoção*: as regiões são os novos atores na competição por capital e tecnologia. Mesmo que seja prudente selecionar e privilegiar investimentos e tecnologias que não conflitem com os interesses da região, é necessário sair e competir. Exige-se desenvolver uma imagem corporativa da região, que sirva de base para “vender” a região e seus produtos.

¹² As sugestões do autor, estão detalhadas nas páginas 27 a 30, da obra citada (Boisier, 1996).

Parece claro que quando se fala em desenvolvimento regional, não se trata de qualquer padrão de desenvolvimento, ou um “maldesenvolvimento”¹³. O que se quer é um desenvolvimento balizado pelo princípio da *sustentabilidade*, além da *endogeneização* (o qual é caracterizado mais adiante). Sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivos diferentes projetos e idéias. Ou, conforme afirma Serafy (1997), sustentabilidade significa diferentes coisas para diferentes pessoas. Exige-se, no entanto, definir qual sustentabilidade se quer.

“Sustentabilidade implica defesa do meio ambiente para que as próximas gerações possam sobreviver e inclusive incrementar sua qualidade de vida. Sustentabilidade implica também a eliminação da pobreza e das terríveis desigualdades entre as classes sociais, os povos e as regiões do globo para assegurar um desenvolvimento para todos. Sustentabilidade implica, além disso, o desenvolvimento de padrões de conduta, relações sociais e institucionais, de poder e de governabilidade mundiais que respeitem as diferenças éticas, culturais e civilizacionais procurando incorporar numa civilização planetária os aportes de todos os povos a uma convivência planetária pacífica, aprazível e feliz, com respeito às diferenças” (Santos, T., 1997, p. 59)

Ou ainda,

“(...) sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em um ecossistema... O conceito de sustentabilidade equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Ele significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo. O desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da idéia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite (superior) para o progresso material” (Cavalcanti, 1995, p. 165).

¹³ Termo utilizado por Sachs (1986).

Cleveland & Ruth (1997, p. 134-5), complementam:

“A economia é um sistema aberto do sistema ambiental fechado maior. O processo econômico é sustentado pelo fluxo irreversível, unidirecional de energia e materiais de baixa entropia do meio ambiente, através do sistema econômico e de volta ao meio ambiente sob a forma de energia não disponível e materiais de alta entropia¹⁴... Uma pré-condição para a identificação de uma sociedade sustentável é um completo entendimento das formas mediante as quais o capital natural e o capital feito pelo homem - tecnologias, equipamentos, saber, idéias - são usados em combinação para produzirem os bens e serviços que atendem às necessidades e desejos humanos”.

Mais adiante os mesmos autores acrescentam:

“Condições biofísicas necessárias para a sustentabilidade global demandam que a sociedade não utilize os recursos naturais a um ritmo maior que o de sua regeneração pelo meio ambiente, nem produza dejetos mais rapidamente do que o meio ambiente possa absorvê-los, desfazer sua toxicidade e diluí-los, e ainda não diminua a capacidade do ecossistema de gerar serviços de apoio à vida” (Cleveland & Ruth, 1997, p.153).

Proops et al. (1997), chama a atenção que a sustentabilidade é vista freqüentemente como um problema científico, para o qual têm que ser buscadas soluções técnicas e econômicas. É um passo necessário, mas os limites desta abordagem são cada vez mais aparentes. “Mais do que conhecimento científico, no seu sentido restrito, precisamos de sabedoria e ética para formular as metas, a vontade social para atingi-las e a maturidade de julgamento para percebê-las” (Proops et al., 1997, p. 105).

Admitir a concretização da sustentabilidade na prática social e institucional, supõe uma crença hegemônica de que isto seja possível. Em torno de que eixos, vem se tentando construir tais crenças? A resposta evidenciará os eixos discursivos que defendem a sustentabilidade, para atender que interesses. A sustentabilidade defendida pelos grandes organismos internacionais tem como eixos discursivos principais a eficiência, a escala, a equidade, a auto-suficiência

¹⁴ Para aprofundamento, ver figura 1 - *Ecossistema global* -, em Cleveland & Ruth (1997), p. 134.

e a ética. É sabido, no entanto, que os critérios de eficiência, por exemplo, orientados apenas pelas forças do mercado, não levam à redução de desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais.

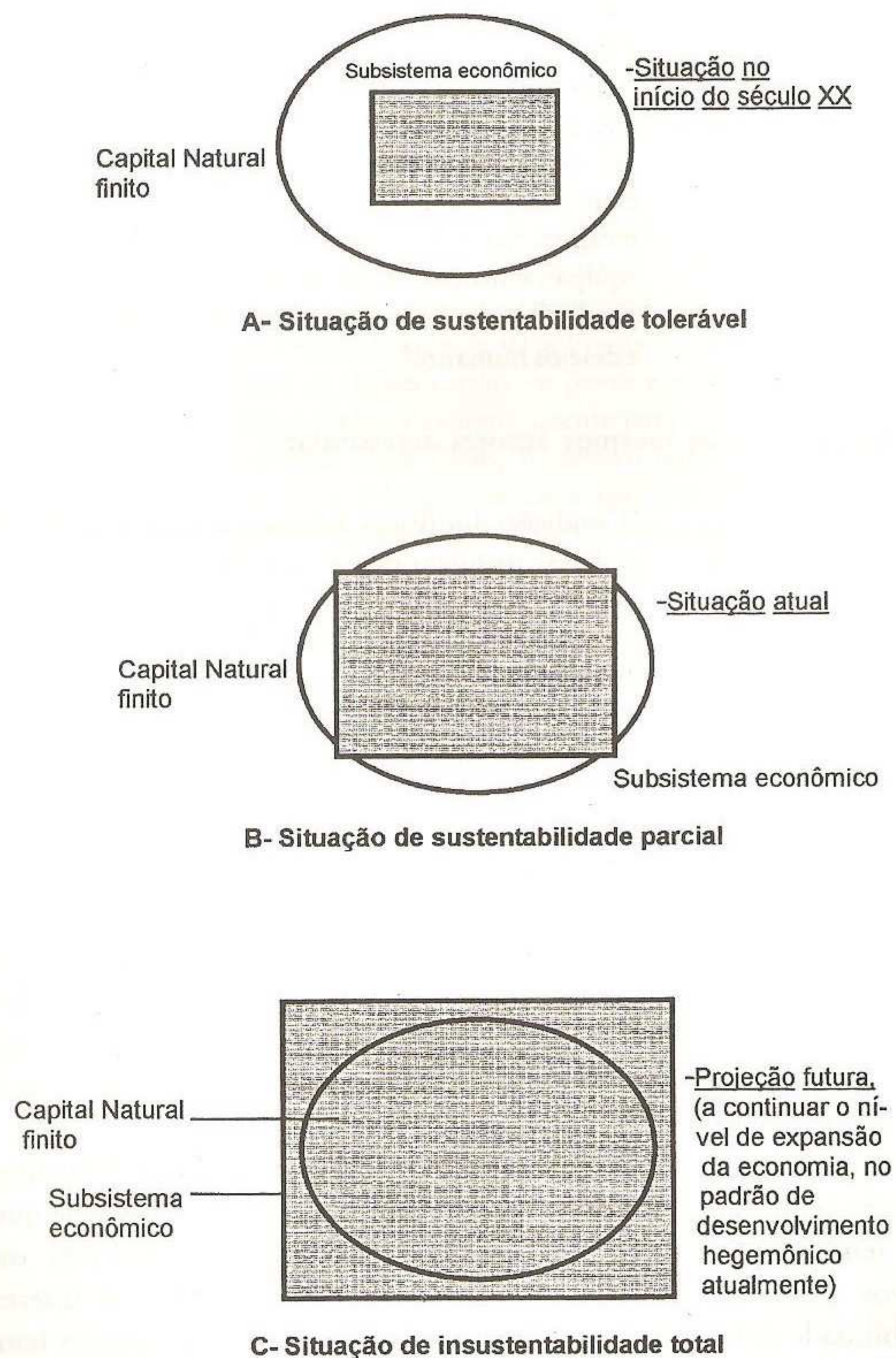


Figura 1 - Relação da biosfera finita e o sub-sistema econômico em constante crescimento (modificado de Merico, 1996), numa projeção temporal.

A Figura 1 ilustra muito bem as afirmações de Cavalcanti (1995) e Cleveland e Ruth (1997) acima descritas. A situação representada pelos gráficos da Figura 1 reforçam a afirmação de que a economia, considerada como um subsistema, deve ajustar-se aos limites finitos da biosfera, para que não se aprofunde ainda mais a atual situação de insustentabilidade, considerando a relação entre a biosfera finita e o subsistema econômico em constante crescimento. Trata-se de respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas. A sustentabilidade será mantida na medida em que a economia se ajustar aos limites biofísicos impostos pela Natureza, ou biosfera. Na situação A, o capital natural colocado à disposição pela biosfera, tem um nível de consumo tolerável, considerando o fluxo monetário. A situação B ilustra uma situação próxima da atual, em que o subsistema econômico cresceu em relação à biosfera, atingindo, ou até ultrapassando, os limites do ecossistema, rompendo com sua capacidade de sustentação. Na situação C, uma projeção futura, tem-se uma realidade de total insustentabilidade, em que os fluxos monetários ultrapassam em muito os limites de consumo tolerável de capital natural.

Percebe-se grandes paradoxos, no discurso da sustentabilidade. Guimarães (1997) aponta cinco paradoxos básicos. Primeiro: o desenvolvimento sustentável assume importância no momento em que os centros do poder mundial declaram a falência do poder do Estado como motor do desenvolvimento e propõe sua substituição pelo mercado. A noção de sustentabilidade prevê a manutenção do estoque de recursos naturais e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras, o que requer um mercado regulado e um horizonte de longo prazo para as decisões públicas.

“Se a escassez de recursos naturais pode, ainda que imperfeitamente, ser enfrentada pela ação das forças de mercado, aspectos como a manutenção do equilíbrio climático, da camada de ozônio, da biodiversidade ou da capacidade de recuperação do ecossistema, transcendem a ação do mercado” (Guimarães, 1997, p. 22).

Estamos diante do primeiro paradoxo, parecendo que as propostas de transformação da realidade atual não passam de retórica.

Segundo: é impressionante - para não dizer contraditório, sob o ponto de vista sociológico - a unanimidade a favor do desenvolvimento sustentável. “Quem seriam os atores sociais promotores do desenvolvimento sustentável? Não é de se supor que sejam os mesmos que constituem a base social do estilo hoje dominante, os que têm tudo a perder e muito pouco a ganhar com a transformação do estilo” (Guimarães, 1997, p. 23). Vejamos um exemplo: para

a indústria moveleira ou exportadora de madeira poderia ser considerado sustentável a exploração florestal que promova a substituição da mata nativa pelo reflorestamento por espécies homogêneas. Entretanto, para o país como um todo, é possível que a sustentabilidade radique-se justamente na preservação de seus recursos naturais, seja para a manutenção da biodiversidade para fins científico-tecnológicos, ou para promover a manutenção da identidade cultural de populações nativas.

Terceiro: o Banco Mundial tem sido o principal responsável pelo financiamento das ações preservacionistas previstas na Agenda 21. No entanto, é possível comparar dois milhões de dólares que o banco destinou a programas de redução do CO₂ na China, com dezenas de bilhões de dólares alocados a sistemas de transportes baseados no consumo de combustíveis fósseis, ou construção de centrais elétricas a partir do carvão.

Quarto: o discurso anti-estatista é contraditório com as necessidades ou requisitos do desenvolvimento sustentável. Algumas ações exigem coordenações coletivas. Constitui o paradoxo institucional do discurso da sustentabilidade.

Quinto: convivemos com duas realidades contraditórias. Todos concordam que o estilo atual de desenvolvimento está esgotado, sendo decididamente insustentável, não só sob o ponto de vista econômico e ambiental, mas também social.

“Por outro lado, não se adotam as medidas indispensáveis para transformar as instituições econômicas, sociais e políticas que deram sustento ao estilo vigente. Quando muito, faz-se uso da noção de sustentabilidade para introduzir o que equivale a uma restrição ambiental no processo de acumulação capitalista, sem enfrentar contudo os processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, o controle, o acesso e o uso dos recursos naturais” (Guimarães, 1997, p. 28).

O que vemos são transformações cosméticas, tendendo a “enverdecer” o atual estilo, sem promover mudanças, principalmente, nos padrões de consumo dos países industrializados, principais atores deste processo de degradação ambiental e social global.

A sustentabilidade do desenvolvimento, que não seja o desejado pelos atores hegemônicos planetários, exige a democratização do Estado e não o seu abandono ou substituição pelo mercado. O Estado, nestas condições, continua sendo “o único ator capaz de enfrentar o poder das transnacionais, assim como o complexo político que move o cenário internacional e as regulamentações de índole ambiental” (Guimarães, 1997, p. 30). Não se trata do Estado mal

administrado ou autoritário. O autor conclui: “acredito que o maior desafio é ‘destronar’ a ambos, Estado e mercado, subordinando-os aos interesses da sociedade civil” (Guimarães, 1997, p. 31).

Esta opinião é compartilhada por Proops et al. (1997, p. 105).

“Com relação aos processos políticos que seriam necessários à sustentabilidade, nossa opinião é que o papel do Estado é ‘liderar’ o mercado (com todas as suas imperfeições), em vez de ‘seguir-lo’, como ocorre atualmente. Embora, mesmo nos sistemas democráticos, o Estado seja suscetível aos interesses de grupos poderosos, acreditamos que só o Estado, enquanto instituição, pode oferecer a escala temporal necessária à sustentabilidade, além de possuir a autoridade e os meios potenciais para atuar como um agente de equilíbrio em face dos poderosos grupos de interesse”.

Em artigo intitulado *Políticas para o desenvolvimento sustentável*, Daly (1997), apresenta quatro políticas interrelacionadas para o desenvolvimento sustentável. Para ele, elas estão apresentadas em ordem crescente de radicalismo. Classifica as duas primeiras como conservadoras, fundamentalmente neoclássicas, apesar de mesmo assim serem, por vezes, contestadas. A terceira merece questionamento de muitas pessoas, e a quarta, será considerada totalmente fora de propósito pela maioria dos economistas. São elas, resumidamente:¹⁵

1ª *Parar de contar o consumo do capital natural como renda.*

O erro de contar implicitamente o consumo de capital natural como renda é costumeiro no Sistema de Contas Nacionais, na avaliação de projetos que exaurem capital natural e na contabilidade do balanço internacional de pagamentos. Apesar de haver esforços para adotar a mudança, há resistência e não se tem tomado as medidas necessárias.

2ª *Tributar menos a renda e taxar mais o consumo de recursos naturais na produção.*

Trata-se de passar de uma situação em que governos subsidiam o consumo de recursos da natureza, retirada de subsídios ambientais implícitos - não penalizando as mercadorias cuja produção gera depredação ambiental ou contaminação do meio ambiente -, para taxar o fluxo de recursos naturais.

¹⁵ Descreve-se aqui as políticas, de forma resumida, a partir do texto p. 183 à 192.

3ª *Maximizar a produtividade do capital natural no curto prazo e investir no crescimento de sua oferta no longo prazo.*

Não há desacordo em relação a este princípio e, sim, sobre se o capital natural é realmente um fator limitante. As três medidas citadas até agora, requerem todas o reconhecimento e a contagem de custos, até agora não contabilizados. O problema está na decisão política de adoção, enquanto se aceita a ideologia da integração econômica global pelo livre comércio e pela livre movimentação de capitais.

4ª *Sair da ideologia da integração econômica global do livre comércio, do livre movimento de capitais e do crescimento promovido por exportações, para uma orientação mais nacionalista, que busque desenvolver a produção doméstica para mercados internos como primeira opção, recorrendo ao comércio internacional apenas quando claramente muito mais eficiente.*

“No momento presente, a interdependência global é celebrada como um bem evidente por si próprio. Pensa-se que a estrada sublime para o desenvolvimento, paz e harmonia seja a conquista incessante do mercado de cada nação por todas as outras nações. A palavra ‘globalista’ tem conotações politicamente corretas, enquanto a palavra ‘nacionalista’ tornou-se pejorativa... [No entanto], globalizar a economia pela remoção de fronteiras nacionais mediante o livre comércio, o livre movimento de capitais, e a livre ou, pelo menos, controlada, migração, significa ferir mortalmente a unidade maior de comunidade apta para levar a cabo qualquer política para o bem comum... O globalismo cosmopolita enfraquece as fronteiras nacionais e o poder das comunidades nacionais e subnacionais, enquanto fortalece o poder relativo das corporações multinacionais” (Daly, 1997, p. 190-2).

E isso impossibilita, ou, no mínimo, dificulta a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, atualmente.

É necessário formular indicadores de sustentabilidade para que se possa avaliar as políticas de desenvolvimento. Sheng (1997), propõe alguns passos para estabelecer indicadores de sustentabilidade, quando se trata de um projeto de desenvolvimento de um grupo organizado regionalmente. Primeiro: diferentes segmentos representativos da sociedade, nas diferentes escalas - local, regional, nacional e global -, identificam e concordam sobre aspectos importantes da qualidade da vida humana e estabelecem objetivos, com cronograma para atingi-los. Segundo: escritórios oficiais de estatística, oferecem dados para

demonstrar onde se está na obtenção dos objetivos fixados. Terceiro: os meios de comunicação deverão fazer publicidade dos indicadores identificados e objetivos estabelecidos, para facilitar o debate social e garantir sua representatividade. Por último, a sociedade precisa examinar coletivamente as instituições sociais existentes, para verificar se elas facilitam ou obstruem o progresso em direção aos objetivos estabelecidos e facilitam ou não as mudanças necessárias para tal, no sentido do fortalecimento das instituições sociais ou remoção de restrições institucionais.

“O desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade é um processo social. A participação substantiva da sociedade civil é aí crucial para estabelecer-se um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. Os sistemas de informações e as instituições sociais, como os *media*, deveriam facilitar esse processo, suprindo dados,... e dando publicidade a objetivos de sustentabilidade socialmente determinados” (Sheng, 1997, p. 178).

Não se trata, aqui, de optar mais por este ou aquele “modelo” de desenvolvimento, até porque não existe um “modelo de desenvolvimento”, muito menos um “modelo de desenvolvimento universal”. Sachs (1986), propôs um estilo de desenvolvimento, que denominou de “ecodesenvolvimento”. É indispensável destacar que o estilo de desenvolvimento por ele proposto, atende de forma mais apropriada ao que se defende neste texto.

“Em resumo, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas de longo prazo... Sem negar a importância dos intercâmbios..., o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias” (Sachs, 1986, p. 17-8).

Enquanto a Comissão Brundtland, com o conceito de desenvolvimento sustentável, acreditando que as inovações tecnológicas certamente permitirão

o acesso de todos os povos à fartura, sem que o Norte participe do esforço de impor restrições ao consumo, pois teoricamente não estaria contribuindo para o agravamento da crise ambiental, propõe um *piso de consumo material*, o ecodesenvolvimento propõe um *teto de consumo material* (Layrargues, 1997). Nisso está, também, uma diferença fundamental entre a proposta de “desenvolvimento sustentável”, via organismos internacionais comandados pelos países desenvolvidos, e a proposta do “ecodesenvolvimento”.

As estratégias de desenvolvimento regional ou micro-regional, se beneficiariam em serem direcionadas no sentido do ecodesenvolvimento. Enquanto os atuais padrões de uso dos recursos, sob o domínio do mercado orientam-se pela maximização do lucro econômico a curto prazo, nas estratégias de ecodesenvolvimento a “sustentabilidade dos processos de produção implica cuidadosa gestão e reciclagem de recursos esgotáveis, assim como o emprego, sempre que possível, dos recursos renováveis” (Sachs, 1986, p. 50).

Na perspectiva do ecodesenvolvimento,

“(...) o desenvolvimento ocorre quando se criam valores genuínos de uso que satisfaçam necessidades da sociedade, e prevalecerá uma situação de maldesenvolvimento, caso a economia apresente pseudovalores de uso sob a forma de consumo conspícuo de bens e serviços, assim como de armamentos” (Sachs, 1986, p. 53).

O maldesenvolvimento pode ser associado ao “crescimento imitativo”, isto é, à tentativa de reprodução dos padrões de produção e consumo dos atuais países industrializados, mesmo apresentando índices de crescimento rápido, desde que permaneçam ou se acentuem as desigualdades sociais, além de ocorrer o rompimento cultural. Trazendo para a realidade atual, é a situação que ocorre em países como o Brasil.

No Brasil, como na maioria dos novos países industrializados, o que ocorreu é que, com a hegemonia americana, principalmente no pós-guerra, o sonho americano se transforma em sonho mundial. Difundiu-se no mundo um projeto democrático de sociedade que oferece abundância e consumo em massa para todos. O tão difundido conceito de conforto leva ao consumo em massa de supérfluos. Institui-se, assim, em escala mundial, uma sociedade consumista e não preservacionista, uma sociedade do desperdício, sendo este o elemento fundamental para compreender as reais causas da crise ambiental em escala planetária. Ou seja, um estilo de sociedade totalmente adverso ao que se busca com o ecodesenvolvimento.

“Há duas maneiras de sair do impasse: nós podemos destruir nosso mundo como residência da humanidade ou podemos mudar nosso sistema-mundo e preservar a humanidade. A última hipótese assume que podemos negociar uma transição para um novo sistema não-capitalista. Há, sem dúvida, muitas organizações sociais que podem florescer num mundo de dez a quinze bilhões de pessoas (mantidas as tendências demográficas atuais), mas a economia-mundo capitalista não é uma delas. Nós precisamos entender que o impasse é do capitalismo e não da humanidade. Um novo sistema-mundo não capitalista será um mundo pós-moderno” (Taylor, 1997, p. 50-1).

Ninguém mais do que os “ricos e confortáveis” têm mais a perder com o possível fim do capitalismo, por isso terão as maiores razões para “frear a acumulação e salvar o mundo” - e seu estilo confortável de vida. Isso definiria um sistema-mundo *ecofacista*, representando a manutenção do mundo sustentável à força, “impedindo os pobres de serem gananciosos e adquirirem paridade com os ricos... Geograficamente, um *apartheid global* será instituído pelo uso das fronteiras como um mecanismo de controle” (Taylor, 1997, p. 53).

A mudança requer uma transformação fundamental. A ênfase moderna no consumo deve ser substituída pela qualidade de vida. Exige-se uma mudança de consciência rumo a um *asceticismo conspícuo*, onde o consumo excessivo seja condenado como anti-social. É possível essa mudança, mantida a lógica do consumismo e da acumulação capitalista? Esta é uma questão fundamental.

Como características básicas do ecodesenvolvimento é possível destacar: ser autocentrado e endógeno, voltado para as necessidades, equitativo, economicamente prudente e aberto a mudanças. Desenvolvimento poderia ser visto como “processo de aprendizagem da sociedade, orientado para a identificação e satisfação, em base sustentável, de necessidades humanas, materiais e não materiais, social e culturalmente determinadas” (Sachs, 1986, p. 54). Estaria se desenhando com este novo estilo de desenvolvimento o mundo pós-moderno proposto por Taylor (1997)?

Ainda, o ecodesenvolvimento deve apoiar-se sobre cinco pilares: “ser endógeno, contar com suas próprias forças, tomar como ponto de partida a lógica das necessidades, esforçar-se para promover a simbiose entre as sociedades humanas e a natureza, permanecer aberto à mudança institucional” (Sachs, 1986, p. 114-5). Nessas condições o planejamento do ecodesenvolvimento terá que ser participativo e político, autocentrado no território, em oposição ao planejamento centralizado e/ou tecnocrático. “Logo, é a partir do local que se desenrola este

duplo processo de aprendizagem social e de libertação que é o desenvolvimento” (Sachs, 1986, p. 116)

Por último, o ecodesenvolvimento, ao lado das estruturas de produção e consumo sustentáveis e das políticas de ordenamento territorial, dá uma atenção especial à escolha das técnicas apropriadas, de modo a constituir um campo privilegiado de harmonização de objetivos sociais, econômicos e ecológicos.

“O crescimento harmônico, por sua vez, implica numa tentativa de conciliação entre o social, o econômico e o ambiental, não como forças isoladas, mas como elementos interativos preponderantes na garantia da melhoria das condições gerais de vida da população. Enfim, o ecodesenvolvimento como abordagem ideológica e política não tem futuro se não houver uma profunda revolução nos valores sócio-econômicos dominantes, pois não podemos pensar em alterar as relações entre os homens e a natureza sem modificar as próprias relações entre os homens” (Vallejo, 1988, p. 87).

Como reafirma Sachs (1986), é a partir do local que se desencadeia o duplo processo de aprendizagem social e libertação, o que ele entende como sendo o real desenvolvimento. Apesar da necessidade de reconhecer o fato de que, atualmente, fortes atores lideram, propõem, ou impõem as mudanças em relação ao desenvolvimento, seja no âmbito regional ou global, ousa-se propor a inversão desta lógica. Talvez o maior motivo para tal é que esta lógica tem sido responsável, como já visto pelo posicionamento dos autores citados até aqui, pela tragédia atual da humanidade. Trata-se da necessidade de ativar as mais variadas formas de cooperação internacional, reunindo as forças favoráveis às mudanças, pois, do contrário, tomba-se no pessimismo desesperador, e, acima de tudo, propor a *endogenização do processo de desenvolvimento regional*, somando-se à *ordenação sustentável do território*.

4 A ENDOGENIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Uma dificuldade que freqüentemente se apresenta, na prática da mobilização da sociedade civil, é a falta de força interna para mobilizar-se a si mesma, ou sua indiferença quanto a seu próprio futuro. Para despertá-la torna-se necessário

um considerável esforço externo, o que pode criar uma situação de dependência, vindo conflitar com a idéia de um desenvolvimento regional endógeno.

Outra tendência é o sentimento de “alteridade culposa”, ou seja, uma verdadeira mania de culpar dos males internos agentes ou conspirações externas.

“Nunca se ressaltará o suficiente o fato de que o desenvolvimento regional é fundamentalmente o resultado do que a própria comunidade regional faz por si mesma, mais que o Estado ou qualquer outro agente externo pode fazer ou não fazer” (Boisier, 1996, p. 95).

O âmbito regional, precisa passar a ser visto como espaço autônomo, capaz de se interligar a outros pontos no espaço através de uma ação empreendedora de atores locais. Experiências na Europa e América Latina demonstram que o desenvolvimento regional endógeno resulta, não tanto da injeção de novos recursos financeiros às regiões, senão de potencializar seus próprios recursos.

“Cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes. Novas atividades econômicas criam-se no seio de profundas transformações do processo produtivo, novos comportamentos se constroem sob novos valores a partir da constituição do cotidiano” (Carlos, 1996, p. 14).

Milton Santos (1994), propõe o estudo do “lugar”¹⁶ como a oportunidade de libertação dos excluídos. É no lugar que ocorre o conflito entre o “espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los” (Santos, 1994a, p. 18). O processo racionalizador, ou de unificação dos lugares, se faz por intermédio de redes, provocando fracionamentos, pois, mundiais, veiculam “um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária. Locais, estas mesmas redes são portadoras da desordem” (Santos, 1994, p. 57). Olhar para o lugar é olhar para a “diferença”,

¹⁶ Neste artigo, o termo “lugar” é empregado para referir-se ao âmbito regional, ou a um território, apesar de autores como Carlos (1996) empregarem o termo para referir-se à porção do espaço apropriável para a vida, através do corpo, dos sentidos - o bairro, a praça, a rua, a vila, a pequena cidade.

e não apenas para a “unidade” do padrão imposto pela tecnologia dos atores hegemônicos mundiais (Moreira, 1994).

A gênese histórica do Brasil em nada contribui para a consecução de um processo de endogenização do desenvolvimento regional. A apropriação dos territórios, com sua população e riquezas, foi o móvel básico da colonização. A ocupação foi feita a partir de uma ótica dilapidadora. Construir o país passou a significar ocupar o território, levar a “civilização” ao interior selvagem. A orientação geopolítica era garantir a soberania e a integridade territorial e não o bem-estar do povo, mesmo que isso exigisse a repressão dos movimentos nativistas. Instala-se o padrão característico de ocupação: conquista territorial, padrão dilapidador dos recursos naturais, dependência econômica externa, Estado patrimonial e sociedade excludente. Nas últimas décadas “mundializa-se no bojo de um também crescente e veloz processo de globalização da economia” (Moraes, 1994, p. 17). Estas posturas históricas têm trazido conseqüências inestimáveis à dilapidação do meio ambiente, além de reafirmar a concepção social de país dependente, do construir para fora, estando ausente a idéia de um projeto nacional e, muito menos, um projeto regional endógeno de desenvolvimento. Isto diminui os aliados internos da proposta de um desenvolvimento sustentável e endógeno.

O crescimento econômico não basta para assegurar o desenvolvimento, principalmente,

“(...) quando se processa através da transposição mimética de modelos exógenos e de transferência de tecnologias sob a forma de ‘caixas-pretas’. De todos os tipos de dependência, o mais insidioso é a alienação cultural, que leva a internalização de valores exógenos e faz o crescimento mimético e a ocidentalização servil serem vistos como a verdadeira aposta do desenvolvimento. É por isso que falamos de potencial de desenvolvimento endógeno e contando com as próprias forças, definido por oposição ao crescimento mimético e dependente. A endogeneidade não deve, de forma alguma, ser compreendida como convite à autarquia econômica, à recusa de intercâmbios culturais, científicos e técnicos com o exterior, nem como um retorno incondicional à tradição” (Sachs, 1986a, p. 81).

O desenvolvimento endógeno deve compor-se de três elementos estreitamente ligados:

“(...) a capacidade cultural de pensar-se a si mesmo e de inovar, a capacidade político-administrativa de tomar decisões autônomas e de organizar a execução das mesmas, enfim, a capacidade do aparelho de produção para assegurar sua reprodução, ampliada em conformidade com os objetivos sociais de desenvolvimento... O desenvolvimento pressupõe um projeto nacional [ou regional] unificador de esforços, articulado em torno das aspirações a um maior bem-estar, à dignidade, à afirmação da identidade nacional [ou regional] e ao respeito internacional” (Sachs, 1986a, p. 84).

Para a região pensar-se a si mesma e tomar decisões autônomas, ou desenvolver-se segundo um modelo endógeno, pressupõe a existência de um aparelho de Estado e estruturas institucionais que assegurem o jogo democrático, visando a gestão descentralizada dos negócios locais. Trata-se de um Estado submetido ao controle social.

A recente insistência na dimensão local do desenvolvimento vem, seguramente, da conscientização dos fracassos sofridos pelas intervenções de caráter normativo do desenvolvimento regional, decididas em outro lugar ou junto aos dirigentes políticos.

“Além da preocupação com a eficácia das ações de desenvolvimento, a dimensão local tem um caráter político, e se faz cada vez mais presente, inclusive nos países industrializados. Ela é interpretada como uma resistência à autonomização do econômico, uma politização do território e a busca de um projeto social comum num espaço controlado localmente” (Lená, 1997, p. 311).

A organização local toma um caráter de recusa ao processo de globalização, este visto como um verdadeiro “Cavalo de Tróia” da desregulamentação neoliberal e um ataque ao estilo de vida local. Desenvolvimento, a partir da perspectiva da coletividade regional significa, sobretudo, uma vontade de controlar o desenvolvimento e a utilização de seus próprios recursos, um desejo de emancipação pelo controle de seu próprio destino (Lená, 1997). A dimensão local é o espaço germinador de processos autênticos de desenvolvimento regional.

Santos (1994a), ao abordar o espaço regional, refere-se às relações dos atores regionais como as “horizontalidades”, propondo a construção de uma nova globalização.

“Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades, que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos liberte da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (Santos, 1994a, p. 20).

A base da sociedade territorial está contida no espaço regional, e só a construção de um processo endógeno de desenvolvimento, é capaz de fazer frente à globalização perversa, para restaurar a dignidade do homem, na medida em que o mundo oferece as possibilidades, enquanto o lugar oferece as oportunidades (Santos, 1994).

A *endogenização do desenvolvimento regional*, como já salientado, quer caracterizar um processo de desenvolvimento originado no interior da região, que contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional, resultante de uma sólida e ativa consciência de territorialidade. Para tal, pressupõe-se a existência de um Estado e estruturas institucionais democráticas, um Estado submetido ao controle da sociedade civil. A forte tendência contemporânea ao desencadeamento de processos endógenos de desenvolvimento, resulta da consciência dos fracassos de experiências de desenvolvimento de caráter normativo, decididas em outro lugar e junto a políticos com pouca representatividade popular.

Por último, um processo de endogenização do desenvolvimento regional é uma resistência à macroanonimização cultural e à autonomização do econômico, impostas pela globalização. É, ao mesmo tempo, oportunidade de potencialização dos recursos - humanos, materiais e não-materiais - locais, na busca de um projeto de desenvolvimento coletivo e controlado localmente, da politização do território, enfim, de libertação dos excluídos, tanto econômica, como social e culturalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafrazeando Becker (1996), é preciso “sonhar o sonho possível”. As reflexões feitas acerca da ordenação sustentável do território, apesar de parecerem utópicas, são possíveis de se concretizar em determinada conjuntura, desde que se subverta a racionalidade dominante.

A racionalidade do modelo civilizatório capitalista pressupõe o desaparecimento das grandes utopias. Ao mesmo tempo, enquanto tendência, tem o

outro lado: abre possibilidades para o surgimento de novas utopias, como os planos estratégicos de desenvolvimento, com base nas diferenças regionais. Urge planejar o desenvolvimento regional, via (re)ordenação do território, balizado num princípio fundamental, a *sustentabilidade*, agregando-lhe outro, não menos importante, a *endogenização*.

“Desta forma, geram-se condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientar-se-á pelas necessidades e interesses locais. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região, poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento” (Becker, 1996, p.46-7).

E mais, “é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento, enquanto subversão do modelo contemporâneo de desenvolvimento” (Becker, 1996, p. 49).

A globalização conduzida pelos grandes bancos e corporações internacionais, procuram retirar o Estado do controle do processo produtivo e da gestão territorial.

“Em outras palavras, a soberania é afetada tanto em sua face externa, questionada pelo poder econômico financeiro, quanto em sua face interna, pela tendência atomizante produzida por enclaves econômicos e territorialidades políticas diretamente articuladas ao espaço transnacional” (Becker, 1995, p. 297).

A sociedade civil organizada deve suprir este vácuo, exigindo uma geopolítica de negociação com o Estado e o poder econômico. Trata-se da atribuição de um valor estratégico aos territórios, em qualquer escala geográfica, segundo seu conteúdo científico tecnológico e informacional e seu estoque de natureza. Um projeto adequado de desenvolvimento regional será possível na medida em que a sociedade civil local tenha maior capacidade de se organizar e de negociar a seu favor.

A construção de um processo sustentável e endógeno de desenvolvimento exige ações interdisciplinares, com contribuições dos diversos segmentos das ciências. Considera-se fundamental a contribuição da ciência geográfica.

“O desenvolvimento sustentável é também uma noção eminentemente geográfica, já que acentua os laços inevitáveis entre a existência humana e o seu meio ambiente. Mais especificamente, os geógrafos políticos deveriam avaliar os processos políticos pelos quais são elaborados os diversos programas de desenvolvimento sustentável para as várias unidades territoriais definidas como Estados [ou regiões], bem como as diferentes maneiras pelas quais são mobilizados os recursos para tais programas” (Wüsten, 1997, p. 404).¹⁷

As potencialidades da relação sociedade/natureza são inúmeras. Reduzem-se porém, drasticamente quando se procura, através da ordenação sustentável do território, aliar o *ótimo* para o homem, com o *adequado* para a natureza. A *sustentabilidade de determinado território define-se por este ótimo e adequado*. Este deve ser o horizonte almejado pelo desenvolvimento sustentável. Assim, a ordenação sustentável do território nada mais representa que a consecução do almejado desenvolvimento sustentável.

Mas não se trata do modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo e a globalização do mercado. Assim como outros autores, Morin (1995), propõe a busca da *hominização do desenvolvimento*, para chegar a um “outro futuro”, sendo essa a tomada de consciência decisiva do novo milênio.

“A busca da hominização deve ser concebida como o desenvolvimento de nossas potencialidades psíquicas, espirituais, éticas, culturais e sociais...O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano. Cabe, portanto, retirar a noção de desenvolvimento de sua ganga econômica... A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais que pretendem fixar seu sentido e suas normas” (Morin & Kern, 1995, p. 108).

¹⁷ - Cabe aqui um comentário, que é, ao mesmo tempo, um apelo. Já é aceito por grande parte da intelectualidade que a abordagem da temática do desenvolvimento sustentável deve ser feita de maneira multi, inter ou transdisciplinar. No entanto, os geógrafos, só recentemente, e alguns poucos, se aperceberam do seu papel na discussão desta temática. Antes tardiamente, do que continuar na omissão. Sem dúvida, junto com o ecólogo, biólogo, o físico, o economista e o sociólogo, o geógrafo, tem um papel de destaque, que deve ocupar urgentemente, de forma mais efetiva e eficaz. A idéia é reforçada por um eminente geógrafo: “O tema do crescimento sustentável e as políticas decorrentes são tão urgentes e preocupa a tantos, que deve ser considerado como uma prioridade na ordem do dia dos geógrafos” (Claval, 1997, p. 469).

Tudo isso é o que se propõe e se busca incentivar: um desenvolvimento mais ético, mais humano, sustentável e resultante de um processo endógeno. Não é uma tarefa para amanhã. É uma exigência do presente, antes que seja impossível almejar um “outro futuro”.

BIBLIOGRAFIA

- ALVATER, Elmar (Trad: Wolfgang Leo Maar). *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ANDRADE, Manoel Corrêa. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. A. SILVEIRA, M.L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 213-220.
- BECKER, Bertha K. A Geopolítica na virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). *GEOGRAFIA: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 272-307.
- BECKER, Bertha K., et al. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BECKER, Dinizar F. *Sustentabilidade: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 17-73, dez/1996.
- _____(Org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- BOISIER, Sergio. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile: ILPES - Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, 1995,(Cuadernos del ILPES n. 42).
- BOFF, Leonardo. *ECOLOGIA: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1996.
- BRANCO, Samuel Murgel. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1989.
- BROWN, Lester (Org.) (Trad: Newton R. Brown e Marco A.F. Bueno). *Qualidade de vida, 1992: Salve o Planeta!* World Watch Institute, São Paulo: Globo, 1992.

- BURSZTYN, Marcel (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CARA, Roberto Bustus. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 261-269.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 21-40.
- _____. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 153-172.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLAVAL, Paul. (Trad. Fábio Sá Earp). A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 457-469.
- CLEVELAND, Cutler J.; RUTH, Mathias (Trad. Clóvis Cavalcanti). Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 131-164.
- COELHO, Franklim Dias. Reorganização do território e desenvolvimento local. In: *PROPOSTA*, Rio de Janeiro, n.º 65, p. 42-9, junho/95.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

- DALY, Herman E (Trad. Clóvis Cavalcanti). Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 179-192.
- GOLDSMITH, Edouard. *O Desafio Ecológico*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- GOODLAND, Robert (Trad. Selma Maria Dantas Pessoa). Sustentabilidade ambiental: comer melhor e matar menos. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 271-298.
- GREGORY, Derek, et al. (Orgs.) (Trad. Mylan Isaack). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GUIMARÃES, Roberto Passos. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. *A geografia do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 13-44.
- HENDERSON, Hazel (Trad. Merle Scoss). *Transcendendo a Economia*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito*. In: *PROPOSTA*, Rio de Janeiro, n.º 71, p. 5-10, fev/97.
- LEHNEN, Arno Carlos. *Território, ordenação do território e desenvolvimento sustentável*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1997 (Texto para estudo).
- LEIS, Héctor R. Ecologia e política mundial. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R. *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE-AIRI-PUC/RIO, 1991, p. 23-50.
- LENÁ, Philippe. Novos atores sociais, desenvolvimento sustentável e Organizações Não-governamentais. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. (Orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 297-338.
- MACNEILL, Jim; WINSIEMUS, Pieter; YAKUSHIJI, Taizo (Orgs.) (Trad. Álvaro Cabral). *Para além da interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da Terra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

- MARGULIS, Sérgio (Editor). *Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: IPEA/PNUD, 1990.
- MAY, P.H.; MOTTA, R. S. *Valorando a natureza*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- MERICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à Economia Ecológica*. Blumenau: Ed. da FURB, 1996 (Coleção sociedade e ambiente).
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MOREIRA, Ruy. *Da região à rede e ao poder: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo*. Ciência Geográfica, Bauru/SP: AGB, n. 6, p.1-11, abril/1994.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (Algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 270-282.
- ODUM, Eugene P. *ECOLOGIA*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GÓMEZ-OREA, Domingo. *Ordenación del territorio*. Madrid: Editorial Agrícola Española, Instituto Tecnológico Geominero de España, 1993.
- PROOPS, John et al. (Trad. Anatailde de Paula Krêspo). Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 104-111.
- RAFFESTIN, Claude (Trad. Maria C. França). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHS, Inacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Stúdio Nobal/FUNDAP, 1993.
- _____. (Trad. Eneida Araújo). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. (Trad. Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo). *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. O retorno ao território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São

- Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994a, p. 15-20.
- _____. *A natureza do espaço - técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Teotônio dos. A politização da natureza e o imperativo tecnológico. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 55-62.
- SERAFY, Salah El (Trad. Luiz Eduardo Cavalcanti). Contabilidade verde e política econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 193-214.
- SHENG, Fulai (Trad. Norma Georjoy). Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 165-178.
- SOUZA, Marcelo José. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) *GEOGRAFIA: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-166.
- TAYLOR, Peter J. (Trad: Fábio Sá Earp). As raízes geostóricas do desafio da sustentabilidade e uma alternativa política pós-moderna. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 47-54.
- TRAINER, Ted (Trad: Míriam Teruco Hirahara). *Desenvolvidos para a morte: repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo*. São Paulo: Gaia, 1991.
- UICN-PNUMA-WWF. *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: n.c., 1991.
- VALLEJO, Luiz Renato. *Ecodesenvolvimento e o mito do progresso*. TERRA LIVRE, São Paulo: AGB, n. 4, p. 77-87, julho/88.
- WÜSTEN, Herman Van Der. Desenvolvimento sustentável e geografia política. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 403-418.